



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

Regidas pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivo anexos.

PROCESSO Nº 16.759/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA, por intermédio da Presidenta, a Senhora **MIRTES EUGÊNIA RODRIGUES PEREIRA FIGUEIREDO**, que abaixo subscrevem, por intermédio de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 017/2017, tornar público que se acha aberta licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, do tipo **menor preço por Item**, em que se observarão os preceitos de direito público e, em especial, as disposições contidas na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555/00, na Lei Complementar nº 123/06 (regulamentada pelo Decreto nº 6.204/07) e Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sendo

PREÂMBULO

TOMADA DE PREÇO N.º 002/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 16.759/2017

DATA DA ABERTURA: 20 de julho de 2017.

HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:30h

HORÁRIO DE ABERTURA: 15:00h

LOCAL: Câmara Municipal de Conceição da Barra, situada à Rua Getúlio da Silva Guanandy, nº 01 - Centro – Conceição da Barra/ES. CEP: 29960-000.

Os envelopes de proposta de preços e habilitação do objeto especificado neste edital serão recebidos e abertos no dia, hora e local acima designado.

A abertura da presente Tomada de preço será conduzida pelo Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitação – C.P.L, nomeada através da Portaria de n.º017/2017.

Poderão participar da licitação todas as empresas do ramo pertinente a seu objeto, que apresentar o **CERTIFICADO DE CADASTRO** da Câmara Municipal de Conceição da Barra ou da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra.

Os licitantes não cadastrados poderão participar da presente licitação se providenciarem o registro cadastral junto ao órgão de cadastro do município até o terceiro dia útil anterior ao recebimento dos envelopes.

I. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos.

1.2. Não poderão participar desta licitação, empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações: a) que tenha sido declarada inidônea e/ou suspensa temporariamente por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

b) que esteja sob regime de recuperação judicial ou falência;

c) qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país;



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

d) empresa que tenha como sócio, gerente ou diretor, Membro ou Servidor ocupante de cargo público na Câmara Municipal de Conceição da Barra e/ou seu cônjuge.

1.3. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente. Caso inexistam, tal fato deverá ser declarado de acordo com Anexo II, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

1.4. Não serão admitidas nesta licitação empresas que operem sob regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem a sub-contratação total ou parcial do fornecimento do objeto deste certame.

1.5. Poderão participar as interessadas que estiverem cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, sendo que sua regularidade será confirmada por meio de consulta “ON-LINE”, na data de realização desta licitação.

1.6. As empresas interessadas em participar da presente licitação que não se encontram cadastradas no SICAF, deverão apresentar os documentos relacionados no item 7.2 do edital, observando-se os respectivos prazos de validade.

II. DO OBJETO

2.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS**, conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I deste edital (Termo de Referência).

III. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

3.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto a Comissão Permanente de Licitação por um único representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

3.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado do estatuto ou contrato social, para fins de comprovação de poderes para subscrevê-lo, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, dispensada, neste caso, a apresentação de procuração.

3.3. Apresentar, juntamente com os documentos acima detalhados, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante do Anexo IV deste edital.

3.4. As empresas que se enquadrarem como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar, no ato do credenciamento, para comprovação de tal condição, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial a partir de MAIO/2016, para aplicação da Lei Complementar 123/2006, nas fases de habilitação e julgamento das propostas.

3.5. Todos os documentos exigidos neste Capítulo devem ser entregues a Comissão Permanente de Licitação em original, ou cópia devidamente autenticada em Cartório ou na Comissão Permanente de Licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

3.6. Nenhuma pessoa, física ou jurídica, mesmo que credenciada por processo legal, poderá representar mais de uma empresa na presente licitação.

3.7. As Licitantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, com condição para a participação nesta licitação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

IV. DA SESSÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

4.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes de proposta de preços e documentação para habilitação será pública, dirigida a Comissão Permanente de Licitação designado para tal, e realizada de acordo com o que rezam a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com este edital e seus anexos, no local, data e horário já determinados.

4.2. Na data, local e hora aprazados, constantes do preâmbulo do presente edital, antes do início da ABERTURA, o interessado ou seu representante legal deve credenciar-se junto a Comissão Permanente de Licitação na forma da Lei.

4.3. Aberta a sessão, os proponentes credenciados apresentarão, em envelopes separados e fechados, a proposta de documentação de habilitação (**ENVELOPE Nº 1**) e a proposta de preço (**ENVELOPE Nº 2**), momento em que dar-se-á início à fase de classificação com a abertura do **ENVELOPE nº 1**.

4.4. Declarada a abertura da Licitação pelo Presidente, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes dos proponentes credenciados na forma do Capítulo anterior.

V. DA HABILITAÇÃO (Envelope 1)

5.1. Com vistas à habilitação na presente licitação as empresas deverão apresentar envelope fechado contendo na parte frontal os seguintes dizeres:

**À CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017 - Processo nº. 16.759/2017
ENVELOPE "1" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.2. O envelope "1" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

5.2.1. Habilitação Jurídica

- a) registro comercial, devidamente registrado na respectiva Junta Comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na respectiva Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

5.2.1.1 - Os documentos relacionados nas alíneas do item "5.2.1" não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados no ato do Credenciamento desta Licitação, desde que sejam originais ou estejam autenticados em Cartório.

5.2.2. Regularidade Fiscal

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (cartão CNPJ).
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (FAC – Ficha de Atualização Cadastral ou Sintegra) ou Municipal (Alvará de Funcionamento), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social: Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.
- g) comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.

5.2.3. Qualificação Técnica

- a) Declaração de inexistência de fato impeditivo para a habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo II deste edital;
- b) Declaração em atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, conforme modelo constante do anexo III deste edital;
- c) Certificado de que a empresa é registrada na ANP – Agência Nacional do Petróleo;
- d) Certificado de qualidade do combustível emitido pela Distribuidora (Bandeira do Posto)(ficha de informação de segurança do produto).

5.2.4. Qualificação Econômica-Financeira

- a) Certidão negativa de pedido de falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

5.2.5. Às empresas cadastradas no SICAF, fica facultada a apresentação do documento do SICAF, que for competente para substituir os documentos possíveis e válidos, referente aos itens 5.2.1 e 5.2.2. Esse formulário somente será válido para esta licitação se as informações relativas aos respectivos documentos estiverem disponíveis e dentro do prazo de validade, responsabilizando-se a própria licitante caso não inclua os documentos dentro do respectivo envelope, por sua inabilitação.

5.3. A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido neste edital, em caso de não estabelecido no edital estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, a Comissão Permanente de Licitação considerará como prazo de validade o de 90 (noventa) dias, contados da data de expedição do respectivo documento;
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

5.4. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, serão inabilitadas.

5.5. Os documentos passíveis de consulta via internet poderão ter sua validade verificada, no momento da fase de habilitação, ficando estabelecido que havendo discordância entre o documento apresentado e a verificação na internet, prevalecerá a segunda, observado o disciplinamento constante do item 5.3.

5.6. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada, todos deverão ser perfeitamente legíveis.

VI. DAS PROPOSTAS (Envelope 2) -

6.1. Os licitantes deverão apresentar envelope fechado, tendo na parte frontal, os seguintes dizeres:

**À CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017 - Processo nº. 16.759/2017
ENVELOPE "2" - PROPOSTA DE PREÇOS**

6.2. A proposta deverá obrigatoriamente atender aos seguintes requisitos:

- a) ser datilografada, digitada ou impressa através de edição eletrônica de textos, em uma via, em papel timbrado da empresa licitante, contendo a razão social, o CNPJ, os números dos telefones, do fax, sítio na Internet, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP, sem alternativas, rasuras, emendas ou entrelinhas;
 - b) A proposta deverá ser detalhada na forma do Anexo V deste Edital (Modelo de Proposta de Preços), devendo estar inclusos, ficando sob responsabilidade da licitante, todos os custos e despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, custos administrativos, taxas, impostos, encargos sociais, encargos trabalhistas, lucro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
 - c) uma única cotação para cada item;
 - d) valor total, expresso em dois algarismos após a vírgula e por extenso;
 - e) conter preços de cada item, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, neles incluídas todas as despesas de impostos, transporte, mão-de-obra e demais itens indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto deste Certame. Em caso de discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros; ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos;
 - f) conter prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura das propostas;
 - g) conter prazo de entrega dos materiais objeto da presente licitação, conforme solicitado no edital;
- OBS.: Solicita-se que seja anexada a proposta de preços a planilha de dados na forma do anexo VI, devidamente preenchida, com os dados gerais para efeito de emissão de Nota de Empenho, posterior pagamento, e demais atos necessários, sendo a não apresentação da referida planilha não desclassificará a licitante.

6.3. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, não lhe cabendo, no caso de erro para mais e conseqüente desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se da prestação do serviço objeto da presente licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

6.4. Caso os prazos de validade da proposta, da entrega dos materiais não estejam expressamente indicados na proposta, fica estabelecido que estes prazos serão os estipulados no edital, no item 6.2, alíneas “f”, “g” e “h”, respectivamente.

VII. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:

- a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;
- b) apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;
- c) apresentarem preços total ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- d) apresentarem proposta alternativa.

7.2. Serão classificados, pela Comissão Permanente de Licitação, os proponentes que apresentarem as propostas de menor preço total, para a prestação dos serviços objeto deste edital, e em seguida, as propostas com preços até 10% superiores àquela, ou as propostas das 3 (três) melhores ofertas.

7.3. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.4. Em seguida a Comissão Permanente de Licitação examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.5. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias:

- a) com base no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e documentação complementar exigida no edital; ou
- b) no caso dos não cadastrados, na documentação exigida no edital.

7.6. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos, efetuada pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.

7.8. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, para decidir quem será a vencedora desta Tomada de Preço.

7.9. A Comissão Permanente de Licitação, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele(a) estipulado, contado do recebimento da convocação.

7.10. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7.11. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no momento da emissão da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

7.12. Se o licitante vencedor recusar-se, injustificadamente, a cumprir as obrigações contraídas, será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior, quanto a convocação de outro licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades do Capítulo XIV deste Edital.

VIII. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

8.1. O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte e às microempresas de que trata a Lei Complementar 123/2006 deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

8.1.1 Os licitantes deverão informar, juntamente com as propostas de preço iniciais, se for o caso, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.2 Ao final da sessão pública de disputa de lances, a Comissão Permanente de Licitação verificará se a empresa detentora do menor preço declarou a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.3 No caso em que a detentora do menor preço possuir a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme disposto no subitem 8.1, a Comissão Permanente de Licitação convocará a arrematante a apresentar os documentos **de HABILITAÇÃO**;

8.1.4 Será concedido o prazo de 5 (cinco) minutos à cada microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada na Lei 123/2006, observada a ordem de classificação, para a proposição de lances ou manifestação de desinteresse.

8.1.5 Considera-se iniciado o prazo de 5 (cinco) minutos destinados ao licitante detentor da oferta de menor valor entre os classificados com o menor preço, a partir do ato formal de convocação pela Comissão Permanente de Licitação. Transcorrido o prazo de cinco minutos destinados ao detentor da oferta de menor valor, abre-se o prazo para o próximo classificado, após nova convocação expressa, e assim sucessivamente.

8.1.6 O julgamento da habilitação das micro e pequenas empresas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital.

IX. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da Comissão Permanente de Licitação.

9.2. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada em 24 (vinte e quatro) horas, devendo ser entregue diretamente a Comissão Permanente de Licitação, no **SETOR DE LICITAÇÕES DA CMCB**, anexando os seguintes documentos, sob pena de não acolhimento:

- a) cópia devidamente autenticada de CPF ou RG e CNPJ, do representante da empresa;
- b) Procuração (quando for o caso);
- c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada).

9.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

9.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

9.5. Dos atos Da Comissão Permanente de Licitação neste processo licitatório cabe recurso, sendo a manifestação da intenção de interpô-lo expressa no final do certame, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar documentos no prazo de 2 (dois) dias.

9.6. O recurso contra decisão da Comissão Permanente de Licitação terá efeito suspensivo.

9.7. O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8. Se não reconsiderar sua decisão a Comissão Permanente de Licitação submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

9.9. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no Serviço de Protocolo da CMCB, observado o disciplinamento.

9.10. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede desta CMCB, no Setor de Licitação.

X. DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Verificando o atendimento das condições de habilitação da proponente **MENOR PREÇO POR ITEN** esta será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação.

10.1.1. Se a proponente de **MENOR PREÇO POR ITEM**, não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação das proponentes das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela feita a adjudicação do objeto da licitação.

XI. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. A homologação, em favor da licitante adjudicada nesta licitação, será feita pelo Ordenador de Despesa da CMCB, após recebimento do processo concluído pela Comissão Permanente de Licitação.

XII. DA DESPESA

12.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara Municipal

01.01.00 – Gabinete do Presidente

01.031.0001.2.0001 – Manutenção das Atividades Legislativas

33.90.30.00 – Material de Consumo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

XIII. DO RECEBIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

13.1 - O fornecimento do combustível não poderão exceder a 15 km (quinze quilômetros) da sede da Câmara Municipal, e a **CONTRATADA**.

13.2. O fornecimento será efetuado mediante a apresentação de requisição específica (autorização para abastecimento), em duas vias, expedida pela Câmara Municipal de Conceição da Barra – ES, na qual deverá conter especificação do veículo (marca/modelo/placa) e autorização (assinatura) da Câmara Municipal de Conceição da Barra, por meio do Gestor ou alguém por ele indicado oficialmente.

13.3. Para cada abastecimento deverá ser apresentada uma requisição a qual, além de conter as informações acima citadas, deverá ser preenchida, discriminando-se as quantidades de combustível, ser datada e assinada pelo servidor, condutor do veículo, e pelo funcionário do Posto que realizou o abastecimento. A primeira via ficará em poder da empresa e a segunda via, em poder do servidor que, deverá devolvê-lo ao servidor que fiscaliza o contrato e ou ao Gabinete para arquivamento.

XIV. DO PAGAMENTO

14.1 – O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) mediante a apresentação à Câmara Municipal de Conceição da Barra - ES de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

14.1.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 05 (cinco) dias da apresentação dos documentos fiscais abaixo relacionados, acompanhados das respectivas autorizações que deverão ser atestado pelo Gabinete deste Poder Legislativo Municipal.

- a) Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativa, em via única, devidamente atestada;
- b) Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005;
- f) Certidão Negativa de Débito – CND – Estadual e Municipal da sede do licitante.

14.2 – Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

14.3 – A Câmara Municipal de Conceição da Barra poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

14.4 – O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

14.5 – Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a **HABILITAÇÃO** e a **PROPOSTA**.

XV. DAS PENALIDADES

15.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA** poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções;



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

- a) advertência – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- b) multa moratória – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,03% (três centésimos por cento) sobre o valor total do contrato, pelo atraso injustificado na no fornecimento do objeto do contrato podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, limitando a multa moratória em 20% (vinte por cento);
- c) multa compensatória - em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;
- d) suspensão temporária - de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de Inidoneidade - para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- f) Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

15.2. A Câmara Municipal de Conceição da Barra aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

15.3. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.4. É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea “e”, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.

15.5. No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 14.1 alínea “e”, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

15.6. Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

XVI. DOS DEVERES DA CONTRATADA

16.1. Garantir, na execução do contrato, o adimplemento das obrigações e encargos trabalhistas em relação a seus empregados, na forma do art. 71, da Lei 8.666/93.

16.2 - O descumprimento total ou parcial de quaisquer dos itens deste capítulo, sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades descritas na cláusula 15ª.

16.3 - Abastecer somente o veículo oficial, com a devida autorização, sob pena de responsabilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

16.4 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste edital e anexos, bem como dentro dos padrões, conceitos e legislação aplicáveis à espécie.

16.5 - Abastecer os veículos que compõem ou que venham compor a frota da Câmara Municipal de Conceição da Barra com produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO. Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora das normas permitidas por lei.

XVII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A participação nesta licitação implica na plena aceitação dos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.

17.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

17.3. À CMCB reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, não cabendo aos licitantes o direito a indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da mesma Lei.

17.4. Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este edital serão atendidos no horário de 12h00 as 18h00, na Câmara Municipal de Conceição da Barra, situada no mesmo local onde ocorrerá o certame, ou através do telefone/fax (27) 3762-1098 ou e-mail cm.barra@hotmail.com.

17.5. Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, de acordo com o que rezam a Lei 8.666/93 e suas alterações.

17.6. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro de Conceição da Barra - ES.

17.7. Nesta data passa a constar o mesmo informativo deste edital no sítio oficial da CMCB na Internet: www.camaramunicipalbarra.com.br.

17.8. O licitante ficará obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

17.9 O licitante fica obrigado a atender a todas as exigências do gestor do contrato referente ao cumprimento da legislação brasileira vigente.

17.10. Integram este edital:

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II - Declaração de inexistência de fato impeditivo para a habilitação;

Anexo III – Declaração do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93;

Anexo IV – Declaração de que cumpre os requisitos da habilitação;

Anexo V – Modelo de proposta de preços;

Anexo VI - Planilha de dados cadastrais;

Anexo VII – Declaração de localização;



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

Anexo VIII – Minuta do contrato;

Anexo IX – Declaração de cumprimento às obrigações trabalhistas.

Conceição da Barra – ES, 28 de junho de 2017.

ALEXANDRE GONÇALVES MARQUES
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA/ES



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

PROCESSO Nº. 16.759/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS** para os veículos que atendam este Poder Legislativo Municipal de Conceição da Barra/ES.

1.2 As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara Municipal

01.01.00 – Gabinete do Presidente

01.031.0001.2.0001 – Manutenção das Atividades Legislativas

33.90.30.00 – Material de Consumo.

1.3 A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2017 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Essa solicitação justifica-se em virtude das necessidades de atenderem os veículos que presta serviços a este Poder Legislativo.

2.2. Os produtos descritos serão utilizados para abastecer os veículos que compõem a Frota desta Municipalidade, a aquisição justifica-se na necessidade de dar continuidade a função preponderante do Poder Legislativo, qual seja, de Fiscalizar o Poder Executivo, bem como manter articulações junto aos Poderes Executivos e Legislativos Estaduais, buscando interesses do município.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Deverão ser rigorosamente atendidas às especificações constantes da tabela abaixo deste termo de referência.

Item	Unid.	Quant.	Descrição	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1.1	Litros	11.000	Gasolina Comum	3.81	41.910,00

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

4.1 A vigência do contrato será da data de assinatura do Contrato até o dia 31 de Dezembro de 2017.

4.2 - O fornecimento do combustível e a prestação dos serviços não poderão exceder a 15 km (quinze quilômetros) da sede da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

4.2 - O fornecimento será efetuado mediante a apresentação de requisição específica (autorização para abastecimento), em duas vias, expedida pela Câmara Municipal de Conceição da Barra – ES, na qual deverá conter especificação do veículo (marca/modelo/placa) e autorização (assinatura) da Câmara Municipal de Conceição da Barra, por meio do Gestor ou alguém por ele indicado oficialmente.

4.3 - Para cada abastecimento deverá ser apresentada uma requisição a qual, além de conter as informações acima citadas, deverá ser preenchida, discriminando-se as quantidades de combustível, ser datada e assinada pelo servidor, condutor do veículo, e pelo funcionário do Posto que realizou o abastecimento. A primeira via ficará em poder da empresa e a segunda via, em poder do servidor que, deverá devolvê-lo ao servidor que fiscaliza o contrato e ou ao Gabinete para arquivamento.

4.2 Os abastecimentos dos veículos que atendam diretamente na matriz ou posto conveniado/filial, sendo vedada o abastecimento em galões ou outro recipiente.

5. DO PAGAMENTO

5.1 – O(s) pagamento(s) será (ão) efetuado(s) mediante a apresentação à Câmara Municipal de Conceição da Barra - ES de documento(s) fiscal(is) hábil(is), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

5.1.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 10 (dez) dias da apresentação dos documentos fiscais abaixo relacionados, acompanhados das respectivas autorizações que deverão ser atestado pelo Gabinete deste Poder Legislativo Municipal.

- a) Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativa, em via única, devidamente atestada;
- b) Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005;
- f) Certidão Negativa de Débito – CND – Estadual e Municipal da sede do licitante.

5.2 – Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

5.3 – A Câmara Municipal de Conceição da Barra poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

5.4 – O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

5.5 – Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a **HABILITAÇÃO** e a **PROPOSTA**.

6. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

6.1 Não é possível determinar prazo de validade para produto vendido a granel. No caso do combustível é desaconselhável que se estoque o produto mais de três meses sem giro. Entretanto, o produto deve ser submetido a uma análise técnica para recertificação **SEMPRE QUE SOLICITADO**.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

7. RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

7.1 O recebimento do objeto desta licitação será fiscalizado pelo Secretário de Administração, e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do § 1º e Inciso II, do Art. 73, da Lei de Licitações.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor designado, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**.

8.3 Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado pelos demais postos de abastecimento de forma a garantir que os mesmos continuem mais vantajosos para a **MUNICIPALIDADE**.

8.4 Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** a ocorrência de quaisquer imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8.5 Rejeitar, no todo, ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para a **CONTRATANTE**, se fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo, e ou fora dos padrões de qualidade vigente.

8.6 Verificar a regularidade fiscal da empresa antes do pagamento.

8.7 Receber e atestar os documentos das despesas, quando comprovado a execução dos serviços na forma correta, conforme consta deste Termo.

8.8 Efetivar os pagamentos na forma pactuada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Garantir, na execução do contrato, o adimplemento das obrigações e encargos trabalhistas em relação a seus empregados, na forma do art. 71, da Lei 8.666/93.

9.2. Garantir que cada trabalhador faça uso do EPI (Equipamento de Proteção Individual) aplicáveis ao desempenho de suas funções.

9.6. O descumprimento total ou parcial de quaisquer dos itens deste capítulo, sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades descritas na cláusula 15ª do edital.

9.7. Abastecer somente os veículos que atendem a este Poder Legislativo Municipal de Conceição da Barra/es, com a devida autorização, sob pena de responsabilidade.

9.8. Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste edital e anexos, bem como dentro dos padrões, conceitos e legislação aplicáveis à espécie.

10. QUALIFICAÇÕES TÉCNICA



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

- a) Declaração de inexistência de fato impeditivo para a habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo II deste edital;
- b) Declaração em atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, conforme modelo constante do anexo III deste edital;
- c) Certificado de que a empresa é registrada na ANP – Agência Nacional do Petróleo;
- d) Certificado de qualidade do combustível emitido pela Distribuidora (Bandeira do Posto).

11. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 O Critério de Avaliação da proposta é o **de MENOR PREÇO POR ITEM.**

12. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

12.1 Segue como valores referenciais de mercado o mapa comparativo em anexo ao processo, elaborado pelo CPL da Câmara Municipal de Conceição da Barra.

13. DAS PENALIDADES .

13.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Câmara Municipal poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções;

- a) advertência – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- b) multa moratória – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,03% sobre o valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, sendo a somatória da multa limitada a 20% do valor total do contrato;
- c) multa compensatória - em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;
- d) suspensão temporária - de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de Inidoneidade - para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- f) Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

13.2 A Câmara Municipal aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

13.3 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea “e”, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.

13.5 No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 14.1 alínea “e”, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

13.6 Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14. CONDIÇÕES GERAIS .

14.1 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2 - À CMCB reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93, não cabendo aos licitantes o direito a indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da mesma Lei.

14.3 - Os casos omissos neste aviso serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, de acordo com o que rezam a Lei 8.666/93 e suas alterações.

14.4 - O licitante fica obrigado a atender a todas as exigências do gestor do contrato referente ao cumprimento da legislação brasileira vigente.

14.5 - Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro de Conceição da Barra - ES.

15. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

15.1- Independentemente do prazo contratual, quando a soma dos pagamentos dos valores básicos efetuados pela Câmara Municipal a contratado, em decorrência do presente contrato, atingir o valor total estimado previsto no item 4, tendo em vista ao aumento de serviço, o valor do contrato será acrescido através de Aditivo Contratual.

15.1.2- Os preços contratuais são fixos até o fim do contrato, caso haja reajuste oficial referente ao combustível, poderá ser aplicado o percentual concedido pela ANP (Agencia Nacional de Petróleo), somente à parcela correspondente ao combustível, após a análise da Procuradoria Geral desta Casa de Leis com base na planilha de formação de preços.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

Processo nº. 16.759/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO **(Papel timbrado da empresa)**

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório nº. 16.759/2017 **TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017** da Câmara Municipal de Conceição da Barra, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local de data,

(assinatura do representante legal da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

PROCESSO Nº 16.759/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

ANEXO III

DECLARAÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

REF.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16.759/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data

Assinatura do representante Legal da empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

PROCESSO Nº. 16.759/2017 **TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Processo nº 16.759/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social - INSS e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, CND Estadual, CND Municipal e CND Trabalhista, bem como, atende às exigências do edital quanto à habilitação para os fins previstos no processo licitatório nº 16.759/2017, TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017 da Câmara Municipal de Conceição da Barra.

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

PROCESSO Nº 16.759/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A Empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida na (endereço), vem apresentar proposta de preços para os fins de participação do TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017, Processo nº. 16.759/2017, que tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS**, da seguinte forma:

Item	Unid.	Quant.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1.1	Litros	11.000	Gasolina Comun		

Validade da proposta: 60 dias

Local e data Assinatura e carimbo da empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

PROCESSO Nº 16.759/2017 **TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017**

ANEXO VI

PLANILHA DE DADOS CADASTRAIS (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Dados da Empresa:

Razão Social

CNPJ

Endereço Completo

CEP

Fones / Fax

E-mail

Site Internet

Optante SIMPLES - SIM () NÃO ()

Dados do Representante da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome

Cargo

Nacionalidade

Estado civil

Profissão

Endereço Completo

CEP

Fone / Fax

E-mail

Carteira de Identidade

Orgão Expedidor

CPF

Dados Bancários da Empresa:

Banco

Agência

Conta

Dados do Contato com a Empresa:

Nome

Cargo

Endereço Completo

CEP

Fone / Fax

E-mail

Local e data Assinatura e carimbo da empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DA LICITANTE

Declaramos que, caso vencedora da licitação, o fornecimento de combustíveis, bem como os serviços de apoio, e todos os dias da semana, através de nosso posto localizado no endereço a seguir:

Rua _____ Número _____ Bairro _____
Cidade: _____ Estado: _____

Distância da sede da Câmara Municipal de Conceição da Barra: _____ km.

Conceição da Barra, ___ de _____ de 2017.

ASSINATURA E CARIMBO DA LICITANTE



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

PROCESSO Nº 16.759/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

ANEXO VIII

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº _____
Processo nº 16.759/2017
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA E
_____, NA FORMA ABAIXO.**

A Câmara Municipal de Conceição da Barra, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Getúlio da Silva Guanandy, nº 01, Centro, inscrita no CNPJ Nº 29.988.441/0001-25, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Sr.^a Mirtes Eugênia Rodrigues Pereira Figueiredo, brasileira, vereadora, casado, residente na neste município de Conceição da Barra/ES, portador do CPF - _____ e RG _____ / _____, de outro lado, a empresa _____, com sede na _____, e na cidade de _____, inscrita no C.N.P.J. sob n.º _____, representado (a) _____, _____, residente e domiciliado na _____, _____, município de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente **CONTRATO** de fornecimento de combustível, nos termos das Leis Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, com os termos dos processos nº 16.759/2017 parte integrante deste instrumento independente de transcrição juntamente com a Proposta apresentada pela Contratada datada de __/__/__, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste **CONTRATO**, que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato e atender a finalidade de contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível (gasolina comum) direto na bomba de combustível para atenderem aos veículos, que estiverem à disposição do Poder Legislativo Municipal conforme descritos no anexo I deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FORNECIMENTO

2.1 - O fornecimento do combustível e a prestação dos serviços não poderão exceder a 15 km (quinze quilômetros) da sede da Câmara Municipal, e a **CONTRATADA**.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

CLÁUSULA TERCEIRA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01 – Câmara Municipal

01.01.00 – Gabinete do Presidente

01.031.0001.2.0001 – Manutenção das Atividades Legislativas

33.90.30.00 – Material de Consumo.

CLÁUSULA QUARTA **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1–Tendo em vista tratar-se de compras e não de serviços, a referida clausula fica sem efeitos.

CLÁUSULA QUINTA **DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO**

5.1 – O presente contrato tem o valor global estimado na quantia de R\$ _____(____) .

5.1.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 05 (cinco) dias da apresentação dos documentos fiscais, acompanhadas das respectivas autorizações que deverão ser atestadas pelo Chefe de Gabinete, conforme o caso, tudo em conformidade com as exigências do contrato.

5.1.2- No preço estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de licenças, impostos e taxas de qualquer natureza, salários, encargos sociais, seguros e outros que direta ou indiretamente decorram do cumprimento do presente **Contrato**, não sendo permitida nenhuma cobrança adicional.

5.1.3- A contratante não se obriga a efetivar o pagamento na totalidade estimada no item 5.1, mas o valor que corresponda ao combustível fornecido e demonstrado através de faturas devidamente aceitas pela Câmara Municipal.

5.1.4- Independentemente do prazo contratual, quando a soma dos pagamentos dos valores básicos efetuados pela Câmara Municipal a contratado, em decorrência do presente contrato, atingir o valor total estimado previsto no item 5.1, tendo em vista ao aumento de serviço, o valor do contrato será acrescido através de Aditivo Contratual.

5.1.5- Os preços contratuais são fixos até o fim do contrato, caso haja reajuste oficial referente ao combustível, poderá ser aplicado o percentual concedido pela ANP (Agencia Nacional de Petróleo), somente à parcela correspondente ao combustível, após a análise da Procuradoria Geral desta Casa de Leis com base na planilha de formação de preços.

CLÁUSULA SEXTA **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1 – Por ocasião do pagamento, a Câmara Municipal procederá ao recolhimento, através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) dos débitos de tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive os



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

decorrentes de ISSQN devidos ao Município, na base de 5% (Cinco por cento) que serão obrigatoriamente recolhidos em favor dos cofres públicos.

6.2 - O abastecimento de combustível será feito de acordo com Termo de Referência, Anexo I, ao edital de contratação.

6.3 - O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue.

6.4 - Os testes realizados na fase de entrega não impedirão a realização de testes futuros, quando houver suspeita de que o produto seja falsificado.

6.5 - A Administração poderá **solicitar teste do produto junto aos seus fabricantes**, para verificar a legitimidade dos produtos. Se verificada a inadequação do produto, será feita notificação da empresa para que se proceda à troca, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis; se não for realizada a troca, a empresa ficará sujeita às penalidades previstas no Edital de Licitação, sem prejuízo da responsabilidade criminal, prevista no art. 96, da Lei 8.666/93.

6.6 - No caso de constatada a falsidade do produto, a autoridade competente será informada para que sejam tomadas as providências cabíveis, administrativas e penais.

CLÁUSULA SÉTIMA DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

7.1 – O prazo de duração do contrato será da data de sua assinatura até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA OITAVA DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - **Compete à Contratada:**

- a- Fornecer o material objeto deste contrato nos prazos e condições estabelecidas.
- b- Cumprir rigorosamente o Termo de Referência (Anexo I) da Tomada de Preço nº 002/2017, parte integrante deste contrato.
- c- Abastecer somente o veículo oficial, com a devida autorização, sob pena de responsabilidade.

8.1 - **Compete à Contratante:**

- a) - Fiscalizar, regularmente, a execução do contrato.
- b) - Pagar, à **Contratada**, o preço estabelecido na Cláusula 5ª nos termos deste **Contrato**.

CLÁUSULA NONA DAS PENALIDADES

9.1 - Durante a execução do **Contrato**, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a - Advertência;



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

- b - Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;
- c - Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do **Contrato**;
- d - Suspensão para contratar com a Administração;
- e - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal;

9.2 - Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a **Contratada** será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

a) **Contratada**, durante a execução do **Contrato**, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do **Contrato**, com a aplicação das penalidades cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o **Contrato** mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.

b) As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela Administração, não serão computadas para o fim previsto na letra "a" deste parágrafo.

c) As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela Administração, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras "b" e "e" do caput da Cláusula Nona.

9.3 - As multas previstas nas letras "b" e "c" poderão ser aplicadas em conjunto e poderão ser acumuladas com uma das penalidades previstas nas letras "d" e "e", do caput da Cláusula Nona.

a) A multa moratória será calculada do momento em que ocorrer o fato gerador, e, não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o **Contrato** e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o pré-falado limite, rescindir o **Contrato** em razão de atraso.

9.4 - A Câmara Municipal poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do **Contrato**, para entender rescindido o **Contrato**.

9.5 - As multas serão calculadas pelo total do **Contrato**, devidamente atualizado nos termos das cláusulas do ajuste.

9.6 - Se o descumprimento do **Contrato** gerar consequências graves para esta Casa de Leis poderá a Administração, além de rescindir o **Contrato**, aplicar uma das penalidades previstas na letra "d" ou "e", do caput da cláusula nona.

9.7 - Se os danos restringirem-se Administração será aplicado a pena de suspensão pelo prazo de, no máximo 02 (dois) anos.

9.8 - Se puderem atingir a Câmara Municipal será aplicada a pena de Declaração de inidoneidade.

9.9 - A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificadas pelo Presidente da Câmara Municipal.

9.10 - Quando declarada a inidoneidade do **Contrato**, o Presidente da Câmara Municipal, fará publicar sua decisão no Diário Oficial do Estado, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante o Poder Legislativo Municipal.

9.11 - Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

9.12 - Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, acima tratada, os licitantes que, em razão dos **Contratos** regidos pela Lei nº 8.666/93.

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

10.1 - A **Contratante** poderá declarar rescindido o **Contrato**, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, sem que assista à **Contratada** direito a qualquer indenização nos seguintes casos:

- a) inexecução total ou parcial do **Contrato**, ensejando as consequências contratuais e as previstas em lei;
- b) o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) atraso injustificado no início do fornecimento;
- d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Câmara Municipal;
- e) a sub-contratação total ou parcial do seu objeto;
- f) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) o cometimento reiterado de faltas na execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- h) quando o valor das multas aplicadas atingir 10% (dez por cento) do valor global contratado ou após o trigésimo dia de atraso no cumprimento da obrigação assumida;
- i) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo Presidente da Câmara Municipal de Conceição da Barra, exaradas no processo administrativo a que se refere o **Contrato**;
- j) a suspensão do fornecimento, por parte da **Contratante** acarretando modificações no valor inicial do contrato, além do limite permitido no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- l) a suspensão da sua execução, por ordem escrita da **Contratante**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- m) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **Contratante**, decorrentes do fornecimento, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- n) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **Contrato**.

10.2 - A **Contratante** poderá, ainda, sem caráter de penalidade declarar rescindido o **Contrato** por sua conveniência e necessidade, recebendo a **Contratada**, neste caso, os valores correspondentes aos produtos fornecidos até a data da rescisão, se aceitos pela fiscalização.

10.3 - A rescisão do **Contrato** poderá ainda ocorrer nos termos e de acordo com o presente nos arts. 79 e 80, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DOS ADITAMENTOS

11.4 - O presente Contrato poderá ser aditado, nas hipóteses previstas em Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução contrato será feita pelo **CONTRATANTE**, através do Chefe de Gabinete ou por Servidor por eles indicados, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, o fornecimento, os prazos e condições do presente edital, a proposta e as disposições do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA **DO FORO**

13.1 - Fica eleito o foro de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Conceição da Barra - ES, ___ de _____ de 2017.

**Presidente da Câmara Municipal
Contratante**

**Empresa
Contratado**



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

ANEXO I DO CONTRATO

DISCRIMINAÇÃO DOS PRODUTOS

Item	Unid.	Quantidade	Discriminação
1	Lts.	11.000	Gasolina Comum



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA - ES

Palácio Humberto de Oliveira Serra - Plenário Arthur Mendes de Souza

ANEXO IX

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Eu, _____ (NOME COMPLETO), representante legal da Empresa _____ (NOME DA EMPRESA), declaro, sob as penas da Lei, que os funcionários envolvidos na prestação de serviços, objeto do Contrato nº _____ foram devidamente remunerados conforme estabelecido na CTPS, bem como que foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas estabelecidas na Convenção Coletiva da Categoria e na legislação trabalhista nacional. Declaro, ainda, que neste mês de (INDICAR O MÊS), não há nenhum funcionário, envolvido na prestação de serviços, em aviso prévio (se houver, indicar), demitido por justa causa/sem justa causa (se houver, indicar, listando, inclusive, os valores pagos a título de rescisão contratual e juntar comprovantes de depósito) ou que pediu rescisão do contrato de trabalho (se houver, indicar, listando, inclusive, os valores pagos a título de rescisão contratual e juntar comprovantes de depósito). Por fim certificamos que cumprimos todos os termos do TAC em anexo.

Conceição da Barra, ____ de _____ de 2017.

REPRESENTANTE LEGAL NOME DA EMPRESA